

1 Sem nunca ter atrasado um pagamento, ninguém está, porém, imune de ser  
2 considerado mau pagador. Além dos serviços de proteção ao crédito tradicionais, que  
3 registram o nome de quem tenha deixado de honrar com sua obrigação em dia,  
4 começam a pulular mecanismos de defesa do fornecedor que, por critérios não  
5 necessariamente ligados à falta de pagamento, presumem que o consumidor não passe  
6 de um caloteiro.

7 É o caso do sistema adotado por shoppings que ..... em rede o sistema de  
8 pagamentos de seus lojistas: quem quer que, numa tarde de compras, já tenha passado,  
9 digamos, cinco cheques será surpreendido pela recusa do sexto. Ou também do “cadastro  
10 de clientes preferenciais”, que, em todo o Brasil, é obrigado a preencher quem paga em  
11 cheque, declinando diversos dados pessoais (data de nascimento, endereço, números de  
12 telefones etc.). Ou ainda da presunção de que menos de seis meses como correntista  
13 seja sinônimo de trapaça.

14 Nada de errado em verificar, antes de aceitar um cheque, se o respectivo emitente  
15 tem ficha corrida nos serviços de proteção ao crédito, telecheque etc., os chamados  
16 “cadastros negativos”. Eventual constatação do fato é indício de que o pagamento a ser  
17 efetuado possa não passar de fantasia. Outra coisa é mecanismo que presuma que  
18 alguém seja pilantra porque exerceu seu direito de pagar em quantos cheques preferiu  
19 pelas compras que fez ou exigir do consumidor que renuncie a seu direito à privacidade  
20 para que seja aceito seu pagamento. São os cadastros positivos.

21 Dos dois personagens na relação de consumo, quem ..... as armas para se  
22 defender é o fornecedor. O consumidor, a quem o Estado deu tratamento especial por ser  
23 a parte vulnerável da relação, recebeu instrumentos exclusivos para reequilibrar essa  
24 relação. Um deles foi a facilitação de sua defesa em juízo, de modo que se presumem  
25 verdadeiras suas alegações até prova em contrário, que caberá ao fornecedor.

26 Esse sistema, contudo, funciona em sentido inverso quando quem quer pagar com  
27 cheque tem de passar pelo crivo do cadastro positivo. Em vez ..... comerciante ter de  
28 provar ou pelo menos acenar com algum indício real que o autorize a desconfiar da  
29 idoneidade do consumidor, presume, sem admitir prova em contrário nem direito de  
30 defesa, sua qualidade de pulha por causa de alguma coisa que não tem nada a ver com a  
31 sua incapacidade de ser pontual no pagamento de suas dívidas.

32 Esse tipo de controle é incompatível com o Sistema Nacional de Proteção ao  
33 Consumidor, inaugurado pela Constituição da República e regulamentado pelo Código de  
34 Defesa do Consumidor. Além disso, tratar quem tem a honra ilibada e faz questão de  
35 repetir que paga suas contas em dia da mesma maneira que quem dá pouca importância  
36 para o crédito alheio redundaria em discriminação e rompimento de um dos princípios mais  
37 caros da Ordem Constitucional de qualquer democracia do planeta: a isonomia real, que,  
38 para valer, significa tratar desiguais desigualmente.

39 Além disso, a Carta também garantiu que é inviolável o direito do indivíduo à  
40 intimidade e à vida privada, que inclui o direito à honra e à imagem das pessoas – mas o  
41 cadastro positivo não ..... preserva, tanto por tachar alguém de mau pagador sem  
42 fundamento nenhum, quanto por exigir dados pessoais para que o consumidor exerça o  
43 direito de pagar em cheque.

44 Essas conquistas da civilização, como a igualdade de todos perante a lei e o  
45 direito de não ser considerado culpado até prova em contrário, de repente se transformam  
46 em letra morta para varejistas que, a pretexto de se defenderem de atropelos até certo  
47 ponto ..... por suas atividades negociais, desarticulam, na prática, o mecanismo de  
48 defesa que o Sistema Nacional de Proteção ao Consumidor reservou ..... parte fraca da  
49 relação de consumo.

50

51

52 **(Adaptado de: TERRA, Rodrigo, *Cadastro positivo*, Folha de São Paulo.)**

53

54

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
4  
5  
6

41- Considere as seguintes afirmações a respeito das lacunas nas linhas 7 e 21.

6I - A única forma verbal correta para o preenchimento da lacuna 7 é **mantêm** pois este verbo concorda com o sujeito **sistema adotado por shoppings**.

9II - Se utilizássemos a forma verbal **mantêm** na lacuna da linha 7, estaríamos indicando que o sujeito desse verbo é **shoppings**.

12III - A forma verbal correta para o preenchimento da lacuna 21 é **detém**.

15Quais estão corretas?

17(A) Apenas I.

18(B) Apenas II.

19(C) Apenas III.

20(D) Apenas I e III.

21(E) Apenas II e III.

252 - Assinale a alternativa que preenche de forma correta as duas lacunas das linhas 27, 41, 47 e 48, respectivamente.

28(A) do - previsíveis - a

29(B) do - previzíveis - à

30(C) de o - previsíveis - à

31(D) de o - previzíveis - a

32(E) do - previsíveis - à

363 - Considere o seguinte segmento do texto: **Sem nunca ter atrasado um pagamento** (l.1). Assinale a alternativa que faz uma afirmação correta a respeito do segmento.

40(A) O segmento está incorreto porque as duas expressões negativas, **Sem** e **nunca**, anulam-se mutuamente.

42(B) A seqüência **Sem nunca** equivale semanticamente a **para todo o sempre**, no contexto em que se encontra.

44(C) A palavra **nunca** poderia ser substituída por **sequer**, sem alteração do significado do segmento.

46(D) A seqüência **Em nenhum tempo** poderia substituir o segmento **Sem nunca** no contexto em que se insere.

48(E) O autor usa esse segmento para enfatizar que poucos pagamentos foram atrasados num longo período de tempo que se iniciou num passado longínquo e que perdura até o presente.

1  
2  
3

44 - Em relação a construções pronominais no texto, são feitas algumas propostas de alteração. Assinale a alteração que, se realizada, seria **INCORRETA**.

6

7(A) Substituir **que** (l.2) por **os quais**.

8(B) Substituir **quem** (l.10) por **aquele que**.

9(C) Substituir a seqüência **reequilibrar essa relação** (l.23-24) por **reequilibrá-la**.

10(D) Substituir a seqüência **que caberá ao fornecedor** (l.25) por **que caber-lhe-á**.

11(E) Substituir a seqüência **sua qualidade de pulha** (l.30) por **a qualidade de pulha daquele**.

13

14

15

16

175- A palavra **digamos** (l.9) encontra-se isolada por vírgulas por ser

18

19(A) conjunção explicativa deslocada.

20(B) aposto.

21(C) adjunto adverbial deslocado.

22(D) conjunção adversativa deslocada.

23(E) expressão intercalada.

24

25

26

27

286 - Abaixo são propostas reescritas para determinadas passagens do texto.

29 Assinale aquela que foi feita de forma **INADEQUADA**.

30

31(A) **presumem que o consumidor não passe de um caloteiro** (l.5-6) -  
32 **presumem não passar o consumidor de um caloteiro**

33(B) **indício de que o pagamento a ser efetuado possa não passar de fantasia**  
34 (l.16-17) - **indício do pagamento a efetuar-se não passar de fantasia**

35(C) **pelas compras que fez** (l.19) - **pelas compras feitas**

36(D) **exigir do consumidor que renuncie a seu direito à privacidade** (l.19) -  
37 **exigir a renúncia do consumidor a seu direito à privacidade**

38(E) **para que seja aceito seu pagamento** (l.20) - **para aceitar-se seu pagamento**

39

40

41

42

437 - Como sabemos, o morfema **-NDO** forma gerúndios, de que **declinando**, na  
44 linha 11, é um exemplo. O item em que a forma em maiúsculas **NÃO**  
45 corresponde a um gerúndio é:

46

47(A) **PREFERINDO** pagar em duas vezes, o consumidor corre o risco de não ter  
48 seu cheque aceito nas compras subseqüentes.

49(B) Os fornecedores foram **CRIANDO** novas formas de se garantir contra o calote.

1(C) Os consumidores tinham **VINDO** ao shopping com expectativa de comprar a  
2 prazo.

3(D) **TENDO** dinheiro, todos pagarão as contas à vista.

4(E) Não se obterá lucro, **VENDENDO** ilusões.

5

6

7

8

9**8** - Considere o período que se inicia na linha 17. No período em questão,  
10 uma convenção que rege a escrita, denominada de paralelismo, não é  
11 inteiramente obedecida. Considere as seguintes sugestões de alteração da  
12 frase.

13

14I - Substituir a seqüência **mecanismo que presuma** (l.17) pela forma verbal  
15 **presumir**.

16II - Substituir a conjunção **ou** (l.19) pela expressão **bem como**.

17III - Substituir a forma verbal **exigir** (l.19) pela seqüência **mecanismo que**  
18 **exija**.

19

20Quais garantem obediência ao paralelismo?

21

22(A) Apenas I.

23(B) Apenas II.

24(C) Apenas III.

25(D) Apenas I e III.

26(E) Apenas II e III.

27

28

29

30

31**9** - Assinale a alternativa que indica a função sintática que exerce o pronome  
32 **quem** (l.22) na oração em que se encontra.

33

34(A) sujeito

35(B) adjunto adnominal

36(C) objeto direto

37(D) objeto indireto

38(E) objeto direto preposicionado

39

40

41

42

43**10** - Abaixo são propostas alternativas de reescrita do segmento de texto [...] **de**  
44 **modo que se presumem verdadeiras suas alegações até prova em**  
45 **contrário** (l.24-25).

46

47I - [...] **de modo que suas alegações são presumidas verdadeiras até prova**  
48 **em contrário** [...]

49II - [...] **de modo que se presume sejam verdadeiras suas alegações até**  
50 **prova em contrário** [...]

10

11

12

1III- [...] **de modo que, presumivelmente, são verdadeiras suas alegações, até**  
2 **prova em contrário** [...]

3

4Quais delas não alteram o sentido do segmento original?

5

6(A) Apenas I.

7(B) Apenas II.

8(C) Apenas III.

9(D) Apenas I e II.

10(E) I, II e III.

11

12

13

14

15

16**11** - Abaixo estão indicadas alternativas de reescrita da frase que se inicia na  
17 linha 26.

18

19I - Contudo, esse sistema, como funciona em sentido inverso, faz com que quem  
20 quer pagar com cheque tenha de passar pelo crivo do cadastro positivo.

21II - Contudo, esse sistema funciona em sentido inverso sempre que quem quer  
22 que pretenda pagar com cheque tenha de passar pelo crivo do cadastro  
23 positivo.

24III - Quando, contudo, todo aquele que quiser pagar com cheque tem de passar  
25 pelo crivo do cadastro positivo, esse sistema está funcionando em sentido  
26 inverso.

27IV - Esse sistema, contudo, funciona em sentido inverso e, portanto, para pagar  
28 com cheque, é preciso passar pelo crivo do cadastro positivo.

29

30Quais delas preservam significado equivalente ao do trecho original?

31

32(A) Apenas I e II.

33(B) Apenas II e III.

34(C) Apenas I e III.

35(D) Apenas III e IV.

36(E) I, II, III e IV.

37

38

39

40

41**12** - Assinale a alternativa que indica o papel que o trecho posterior aos dois-  
42 pontos (l.37) desempenha em relação à frase que antecede o mesmo  
43 sinal.

44

45(A) enumeração

46(B) explicitação

47(C) intermediação

48(D) realce

49(E) citação

50

13

14

15



1[...] **que é inviolável o direito do indivíduo à intimidade e à vida privada,**  
2 **que inclui o direito à honra e à imagem das pessoas** (l. 39-40).

4 As afirmações abaixo referem-se à classificação sintática das orações  
5 acima. Assinale com **V** as afirmações verdadeiras e com **F** as falsas.

6

7

8( ) A primeira oração é subordinada substantiva objetiva direta.

9( ) A segunda oração é subordinada adjetiva restritiva.

10( ) A primeira oração é subordinada substantiva completiva nominal.

11( ) A segunda oração é subordinada adjetiva explicativa.

12( ) As duas orações são coordenadas entre si e subordinadas à oração que as  
13 precede.

14

15

16A seqüência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

17

18(A) V - F - F - V - F.

19(B) F - V - F - V - F.

20(C) V - V - V - F - F.

21(D) F - V - F - F - V.

22(E) V - F - V - F - V.

23

24

25**16** - Associe as justificativas gramaticais para o uso das vírgulas, na coluna  
26 numerada, às seqüências apontadas na coluna dos parênteses.

27

28

29I - Separar oração deslocada.

30II - Separar adjunto adverbial deslocado.

31III - Isolar um aposto.

32

33

34( ) [...] **que, em todo o Brasil, é obrigado a preencher quem paga em**  
35 **cheque** [...].

36( ) **Nada de errado em verificar, antes de aceitar um cheque, se o**  
37 **respectivo emitente** [...].

38( ) [...] **que, para valer, significa tratar desiguais desigualmente.**

39( ) **Essas conquistas da civilização, como a igualdade de todos perante**  
40 **a lei e o direito de não ser considerado culpado até prova em**  
41 **contrário**, [...].

42

43

44A seqüência correta, de cima para baixo, de preenchimento dos parênteses é

45

46

47(A) I - II - III - I.

48(B) II - II - I - III.

49(C) II - I - I - III.

50(D) I - III - II - I.

19

20

21

1 (E) III - I - II - I.

2

3

4

5 **17** - Considere as seguintes afirmações acerca do uso da crase no texto.

6

7

8 I - Caso substituíssemos **seu direito** (l.19) por **prerrogativa legal**, seriam  
9 mantidas no contexto da frase as condições para o emprego da crase.

10 II - Caso substituíssemos **redunda** (l.36) por **beira**, seriam criadas as  
11 condições necessárias para o uso da crase.

12 III - Caso substituíssemos **perante** (l.44) por **frente**, seriam criadas as  
13 condições necessárias para o emprego da crase.

14

15

16 Quais estão corretas?

17

18

19 (A) Apenas I.

20 (B) Apenas II.

21 (C) Apenas III.

22 (D) Apenas I e III.

23 (E) I, II e III.

24

25

26

27 **18** - Se, no último período do texto, substituíssemos a palavra **varejistas** (l.46)  
28 por **o comerciante**, quantas outras palavras precisariam obrigatoriamente  
29 de ajuste de concordância?

30

31 (A) Apenas uma.

32 (B) Apenas duas.

33 (C) Apenas três.

34 (D) Apenas quatro.

35 (E) Nenhuma.

37

38

39

40 **19** - Embora as seqüências abaixo pareçam ter todas a mesma estrutura - que  
41 inclui a preposição DE -, uma delas é diferente, isto é, o segmento que vem  
42 após o DE não tem o mesmo valor sintático-semântico dos demais.  
43 Assinale a alternativa que contém essa estrutura diferente.

44

45 (A) **defesa do fornecedor** (l.4)

46 (B) **falta de pagamento** (l.5)

47 (C) **tarde de compras** (l.8)

48 (D) **recusa do sexto** (l.9)

49 (E) **facilitação de sua defesa** (l.24)

50

22

23

24

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53

**420** - Todas as palavras abaixo, à exceção de uma, apresentam, com representações gráficas diferentes, um mesmo fonema consonantal em posição inicial de sílaba. **NÃO** apresenta este fonema consonantal comum a todas as outras a palavra

- 9(A) ***atrasado*** (l.1).
- 10(B) ***exerceu*** (l.18).
- 11(C) ***relação*** (l.23).
- 12(D) ***autorize*** (l.28).
- 13(E) ***desigualmente*** (l.38).

**1821** - Assinale a alternativa em que todos os vocábulos contêm hiato.

- 20(A) ***qualquer – isonomia – real***
- 21(B) ***fantasia – reequilibrar – juízo***
- 22(C) ***inlui – indivíduos – alegações***
- 23(D) ***eventual – questão – renuncie***
- 24(E) ***idoneidade – preencher – qualidade***

**2922** - Assinale a alternativa em que falta o acento indicativo da crase.

- ~~32~~ **32** Aqueles consumidores que se sentirem lesados pela desconfiança do comerciante devem procurar o Sistema Nacional de Proteção ao Consumidor.
- ~~34~~ **34** Tem de declinar todos os seus dados pessoais aquele consumidor que quiser pagar com cheque.
- ~~36~~ **36** Aquela consumidora é surpreendida pela recusa do cheque.
- ~~37~~ **37** Aquele consumidor que possui conta há menos de seis meses é considerado pilantra.
- ~~39~~ **39** Aquele consumidor que passou mais do que quatro cheques no mesmo dia é atribuída automaticamente a pecha de caloteiro.

**4523** - A única frase inteiramente de acordo com as normas de concordância do padrão culto é:

- 49(A) Há inúmeros encarcerados que desejam colaborar com as autoridades e se dispõe a delatar criminosos.

1(B) Para o trabalho de infiltração em organizações criminosas, não se podem  
2 prescindir da participação de condenados que queiram colaborar com as  
3 forças da lei.

4(C) Não só é autorizado como vem sendo cada vez mais incentivado, nas  
5 grandes democracias mundiais, a participação de presos em investigações.

6(D) Em toda agremiação humana permeado pela relação de poder, há quem  
7 queira colaborar com o sistema, seja por razões pessoais, políticas ou  
8 jurídicas.

9(E) O concurso de detentos no procedimento investigatório não pode, contudo,  
10 ser livre e dotado de amplitude ilimitada.

11

12

13

14

15**24** - Assinale a alternativa em que o emprego do tempo verbal em destaque  
16 **NÃO** é adequada ao contexto.

17

18

19(A) É improvável que a utilização de detentos em uma investigação  
20 **desvirtuaria** para a tortura ou para o homicídio.

21(B) Necessariamente, o trabalho de inteligência que **vise** atingir o chamado  
22 crime organizado terá de ultrapassar os métodos tradicionais.

23(C) Suspeitava-se que essa forma de investigação **levasse** à prática de  
24 ilegalidades.

25(D) Dessa forma, a polícia **seria** obrigada a dispensar a colaboração de um  
26 detento que pretendesse indicar a localização de um cativo.

27(E) É absolutamente cristalino que a autorização judicial não **elide** o uso da  
28 violência.

29

30

31

32

33

34**25** - Caso o Judiciário lhes \_\_\_ razão, tudo passará em brancas nuvens; caso  
35 se reconheça \_\_\_ ilegalidade da conduta, \_\_\_ todos de responder pelo  
36 delito de prevaricação.

37

38(A) dê - a - haverão

39(B) dêem - à - haverão

40(C) deem - a - haverá

41(D) dê - à - haverá

42(E) dêem - a - haverão

43

44

45

46**26** - Abaixo, estão listadas algumas formas verbais da terceira pessoa do  
47 singular. Assinale a alternativa em que a forma perde o acento quando for  
48 flexionada na terceira pessoa do plural.

49

50(A) corrói

28

29

30

- 1(B) enraíza  
2(C) averigüe  
3(D) reúne  
4(E) proíbe  
5  
6  
7

8**27** - Considere as afirmativas abaixo.

9

10I - Se substituíssemos as expressões sublinhadas por formas  
11 correspondentes, da 2ª pessoa do plural, no trecho **É preciso, porém, que**  
12 **reconheçamos** que outra parte da culpa é de **nós todos**, teríamos,  
13 respectivamente, **reconheçais** e **vós todos**.

14

15II - Se substituíssemos as expressões sublinhadas por formas  
16 correspondentes à 2ª. pessoa do plural, no trecho **A sociedade em geral**  
17 **não pode entender os meandros do Judiciário, nem aprecia**  
18 **adequadamente o sagrado direito à inocência**, teríamos,  
19 respectivamente, **Vós, podeis** e **aprecieis**.

20

21III - Se substituíssemos por **Vós** a expressão sublinhada, no trecho **Alguns**  
22 **querem restringir o direito de defesa porque este os impede de punir**  
23 **pronta e eficazmente os culpados**, seria necessária a alteração de mais  
24 dois elementos da frase.

25

26Quais delas estão corretas?

27

- 28(A) Apenas I.  
29(B) Apenas II.  
30(C) Apenas III.  
31(D) Apenas I e III.  
32(E) I, II e III.

33

34

35

36

37

38**Instrução:** As questões de **28** a **30** mostram uma mesma idéia escrita de cinco  
39formas distintas; você deve assinalar a forma mais adequada, levando em  
40consideração sua correção, precisão, clareza e elegância.

41

42

43

44**28** -

45

46(A) Não procede a informação de que a Fundação tenha sido procurada e que não  
47 se tenha manifestado sobre o tema.

48(B) Não procede a informação que a Fundação tenha sido procurada e não se  
49 tenha manifestado sobre o tema.

31

32

33

1(C) Não procede a informação que a Fundação tenha sido procurada e não tenha  
2 se manifestado sobre o tema.

3(D) Não procede a informação da Fundação ter sido procurada e de não se ter  
4 manifestado sobre o tema.

5(E) Não procede a informação de que tenha se procurado a Fundação e não se  
6 tenha manifestado sobre o tema.

7

8

9

10

11**29 -**

12

13(A) Não a dúvida de que os criminosos precisam ser presos, condenados e  
14 encarcerados.

15(B) Não há dúvida que os criminosos precisam ser presos, condenados e  
16 encarcerados.

17(C) Não há dúvida que os criminosos precisam serem presos, condenados e  
18 encarcerados.

19(D) Não a dúvida que os criminosos precisam serem presos, condenados e  
20 encarcerados.

21(E) Não há dúvida de que os criminosos precisam ser presos, condenados e  
22 encarcerados.

23

24

25

26

27**30 -**

28

29(A) Como poderá o agente infiltrado manter seu disfarce no dia em que a quadrilha  
30 que participa vier a assaltar ou matar?

31(B) Como manterá o agente infiltrado seu disfarce no dia que a quadrilha da qual  
32 participa vir a assaltar ou matar?

33(C) Como manterá o agente infiltrado seu disfarce no dia em que a quadrilha que  
34 participa vir a assaltar ou matar?

35(D) Como poderá o agente infiltrado manter seu disfarce no dia que a quadrilha da  
36 qual participa vier a assaltar ou matar?

37(E) Como poderá o agente infiltrado manter seu disfarce no dia em que a quadrilha  
38 da qual participa vier a assaltar ou matar?

39

40

41

42

43**DIREITO PENAL**

44

45

46**31 - Marque a opção correta:**

47

48

- 1(A) É equiparado a funcionário público, para efeitos penais, quem  
2 trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada  
3 para a execução de atividade típica da Administração Pública.  
2(B) Nos crimes ambientais, admite-se a analogia para criminalizar condutas.  
3(C) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede,  
4 quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.  
4(D) O disparo de arma de fogo em lugar habitado ou em suas adjacências,  
5 configura contravenção penal.  
5(E) Aquele que falsifica nota fiscal, com objetivo de reduzir tributo, pratica  
6 crime contra a ordem econômica.

6  
7  
8

9**32** - Marque a opção **correta**:

10  
11

- 12(A) Em se tratando de crimes eleitorais cometidos por meio da imprensa, do  
13 rádio ou da televisão, aplicam-se cumulativamente as penas cominadas  
14 no Código Eleitoral e na Lei de Imprensa.  
13(B) Para configuração do crime de receptação é dispensável a existência de  
14 processo ou inquérito policial em andamento quanto ao crime antecedente.  
14(C) Se o autor do crime de roubo é filho da vítima, fica isento de pena por  
15 força do que dispõe o Código Penal.  
15(D) Não se pune a enfermeira que pratica o aborto necessário. A  
16 enfermeira, no caso, é favorecida pela legítima defesa de terceiro, que  
17 exclui a ilicitude do fato.  
16(E) Nos crimes contra a ordem tributária, o exercício da ação penal  
17 necessariamente depende da conclusão de procedimento administrativo-  
18 fiscal.

17  
18  
19

20**33** - Mercedes Santos com o propósito de não apenas ofender a honra de sua  
21 vizinha, Armênia, mas também de molestar sua liberdade, requereu a  
22 instauração de inquérito policial para apurar a subtração de um secador de  
23 cabelo e de uma aliança de ouro, imputando-lhe falsamente a autoria do  
24 furto. Concluído o inquérito policial, o mesmo foi arquivado por absoluta  
25 inexistência do fato. A conduta de Mercedes Santos configura o crime de:

21  
22

- 23(A) Calúnia.  
24(B) Comunicação falsa de crime.  
25(C) Denúncia caluniosa.  
26(D) Calúnia em concurso formal com a comunicação falsa de crime.  
27(E) Difamação.

28  
29  
30  
31

32**34** - Marque a opção **correta**:

37  
38  
39

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
40  
41  
42

(A) Ao agente condenado pelo crime de tortura, a Lei nº 9.455/97 estabelece o cumprimento da pena em regime integralmente fechado.

(B) Nos crimes omissivos impróprios a relação de causalidade é essencialmente normativa.

(C) A punibilidade da tentativa, prevista no art. 14, II e parágrafo único, do Código Penal, se estende as contravenções, uma vez que elas, quando tentadas, são puníveis.

(D) Constitui crime a simples conduta de instigar para que alguém se suicide, mesmo não vindo a ocorrer o resultado morte ou lesão corporal de natureza grave.

(E) Chefe de repartição pública que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que tiver cometido infração no exercício do cargo pratica o crime de prevaricação.

**1935 - Marque a opção correta:**

(A) A retratação, que é o ato de retirar o que foi dito, confessar que errou, isenta de pena o querelado, nos crimes de injúria e difamação do Código Penal, desde que feita antes da sentença.

(B) Condenado pela prática de crime hediondo, o sentenciado não tem direito a livramento condicional, devendo cumprir a pena privativa de liberdade integralmente no regime fechado.

(C) Credor que, na cobrança de dívida, intimida devedor inadimplente com ameaças, pratica crime contra as relações de consumo, sendo a ação penal pública incondicionada.

(D) O agente erra quanto ao elemento essencial do tipo legal de crime. Se o erro é escusável, subsiste o crime doloso, atenuando-se a pena.

(E) No crime de peculato culposo, a reparação do dano, antes da decisão transitada em julgado, é causa de redução da pena.

**3836 - Durante o intervalo, em julgamento perante o Tribunal do Júri da Comarca de Muro Alto, Hércio Viana, integrante do corpo de jurados, impôs como obrigação, e recebeu do advogado de defesa, a quantia de R\$1.000,00 (um mil reais), para acolher a tese defensiva. Hércio Viana cometeu o crime de:**

(A) Extorsão.

(B) Peculato.

(C) Prevaricação.

(D) Concussão.

(E) Corrupção passiva.

1  
2  
3  
4

5**37** - Pai cruel, ao receber o boletim de seu filho (de 10 anos) e constatar o  
6 seu baixo aproveitamento escolar, com o propósito de corrigi-lo, agride a  
7 criança com um cabo de vassoura, abusando do exercício do direito de  
8 correção, resultando-lhe lesão corporal de natureza leve. A hipótese  
9 caracteriza o crime de:

10  
11

- 12(A) Abuso de autoridade.
- 13(B) Tortura.
- 14(C) Maus-tratos.
- 15(D) Constrangimento ilegal.
- 16(E) Lesão corporal de natureza leve.

17  
18  
19

20**38** - Ederson Lopes, exercendo o *munus publico* de inventariante, tomou para  
21 si um *notebook* dos bens deixados pelo *de cujus*, e do qual tinha posse em  
22 razão daquela condição. Ederson cometeu, em tese, o crime de:

23  
24

- 25(A) Peculato.
- 26(B) Furto.
- 27(C) Exercício arbitrário das próprias razões.
- 28(D) Apropriação indébita.
- 29(E) Receptação.

30  
31  
32

33**39** - Assinale a opção **incorreta**:

34  
35

- 36(A) O COAF - Conselho de Controle de Atividade Financeira - tem como  
37 finalidade receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de  
38 atividades ilícitas previstas na lei que dispõe sobre os crimes de lavagem  
39 ou ocultação de bens, direitos e valores.
- 40(B) A lei que dispõe sobre os crime de lavagem de dinheiro contempla o  
41 instituto da delação premiada, permitindo o juiz reduzir a pena, deixar de  
42 aplicá-la ou substituí-la por pena restritiva de direitos.
- 43(C) O objeto jurídico no crime de lavagem de dinheiro é garantir a  
44 estabilidade econômica e a saúde do sistema financeiro.
- 45(D) A lavagem de dinheiro é um procedimento criminoso composto por uma  
46 pluralidade de atos, direcionados à conversão de valores e bens ilícitos  
47 em capitais lícitos e plenamente disponíveis aos seus titulares.
- 48(E) A Lei de Lavagem de Dinheiro elenca nos incisos do artigo primeiro uma  
49 lista fechada, "numerus clausus", de delitos precedentes para sua  
50 conformação, entre eles: a sonegação fiscal e a receptação.

43  
44  
45

1  
2  
3  
4  
5  
6

7**40** - Durante a operação policial denominada “Sinal Vermelho às Drogas”,  
8 agentes pertencentes à força-tarefa do Ministério Público cumpriram  
9 mandado de busca e apreensão no Cibercafé Novo Mundo, identificado no  
10 Setor de Inteligência como local de consumo de drogas. Na oportunidade,  
11 surpreenderam 05 freqüentadores fumando cigarros de maconha. No  
12 expediente investigatório, apurou-se que o proprietário do estabelecimento,  
13 Altamiro Hernandes, mesmo não se dedicando ao comércio nem ao uso  
14 de entorpecentes, consentia em ceder gratuitamente suas instalações para  
15 que seus clientes usassem substâncias entorpecentes proibidas. De  
16 acordo com a Lei nº 6.368/76, Altamiro Hernandes incorreu:

17

18(A) Nas mesmas penas do art. 16, sendo sua conduta equiparada ao uso de  
19 entorpecentes.

20(B) Nas mesmas penas do art. 12, sendo sua conduta equiparada ao tráfico  
21 de entorpecentes.

22(C) Em delito algum, conduta atípica.

23(D) Nas sanções do art. 16, diminuídas de 1/6 a 1/3 por força do disposto no  
24 art. 29, parágrafo primeiro, do Código Penal (participação de menor  
25 importância).

26(E) Nas sanções do art. 14 (associação ao tráfico de entorpecentes).

27

28

29

30

31

32

### 33**DIREITO CONSTITUCIONAL**

34

35

36

37**41** - Considere as seguintes assertivas sobre eficácia das normas  
38 constitucionais:

39

40

41I - Não se admite a existência de norma constitucional destituída de eficácia.

42

43II - Norma constitucional de eficácia contida é aquela que requer intervenção  
44 do legislador para produzir todos os seus efeitos jurídicos.

45

46III - As normas constitucionais definidoras dos direitos e garantias  
47 fundamentais têm eficácia plena.

48

49

50

46

47

48

1Quais são **corretas**?

2

3(A) Apenas I.

4(B) Apenas I e II.

5(C) Apenas I e III.

6(D) Apenas III.

7(E) I, II e III.

8

9

10

11**42** - Em relação ao controle de constitucionalidade das leis ou atos normativos  
12 no direito brasileiro, é correto afirmar que a Constituição da República

13

14(A) não contempla modalidades de controle político.

15(B) não admite a propositura de ação declaratória de constitucionalidade pela  
16 Mesa do Congresso Nacional.

17(C) prevê que as decisões definitivas de mérito proferidas em ação declaratória  
18 de constitucionalidade ou em ação direta de inconstitucionalidade  
19 produzirão efeitos “erga omnes”.

20(D) prevê a possibilidade de controle por via de ação direta, perante o Supremo  
21 Tribunal Federal, de leis ou atos normativos municipais.

22(E) prevê a possibilidade dos órgãos fracionários dos tribunais declararem a  
23 inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.

24

25

26**43** - Considere as assertivas abaixo:

27

28

29I - A suspensão da execução, pelo Senado Federal, de uma lei julgada  
30 inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, tem efeito “ex tunc”.

31

32II - O Advogado-Geral da União é obrigado a defender a constitucionalidade  
33 da lei ou ato normativo impugnado, em tese, perante o Supremo Tribunal  
34 Federal.

35

36III - Descabe ouvir o Procurador-Geral da República como “custos legis” em  
37 ação direta de inconstitucionalidade por ele mesmo proposta.

38

39

40Quais delas correspondem a entendimento predominante na jurisprudência do  
41Supremo Tribunal Federal?

42

43(A) Apenas I.

44(B) Apenas I e II.

45(C) Apenas II e III.

46(D) Apenas III.

47(E) I, II e III.

48

49

50

49

50

51

1 **44** - Na hipótese de violação de princípio constitucional sensível por Estado, a  
2 decretação de intervenção federal pelo Presidente da República

3

4(A) será espontânea.

5(B) dependerá de autorização do Congresso Nacional.

6(C) dependerá de autorização do Conselho da República.

7(D) dependerá de requisição do Supremo Tribunal Federal.

8(E) dependerá de solicitação da Assembléia Legislativa do Estado.

9

10

11

12 **45** - Considere as seguintes assertivas sobre nacionalidade:

13

14

15 I - Brasileiros naturalizados podem ser proprietários de empresa jornalística e  
16 de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

17

18 II - Brasileiros natos em nenhuma hipótese poderão ser extraditados.

19

20 III - O reconhecimento de outra nacionalidade originária não é causa de perda  
21 da nacionalidade brasileira.

22

23

24 Quais são **corretas**?

25

26(A) Apenas I.

27(B) Apenas I e II.

28(C) Apenas II e III.

29(D) Apenas III.

30(E) I, II e III.

31

32

33

34

35 **46** - Em matéria de direitos fundamentais, à luz da Constituição da República e  
36 da jurisprudência majoritária, é **correto** dizer que

37

38

39(A) estrangeiros não residentes no país não são destinatários de direitos  
40 fundamentais.

41(B) a imposição de limites máximo e mínimo de idade em concursos públicos  
42 viola o princípio da igualdade.

43(C) é vedada a privação de direito por motivo de crença religiosa ou de  
44 convicção filosófica ou política.

45(D) a obrigação de reparar o dano pode ser estendida aos sucessores do  
46 condenado.

47(E) a desapropriação só é admissível mediante justa e prévia indenização em  
48 dinheiro.

49

50

52

53

54

1  
2

3**47** - Dentro da repartição constitucional de competências entre os membros da  
4 Federação, legislar sobre procedimentos em matéria processual é matéria  
5 de competência

6  
7

8(A) exclusiva da União.

9(B) privativa da União.

10(C) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

11(D) concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

12(E) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

13  
14

15

16**48** - Considere as seguintes assertivas sobre ações constitucionais:

17

18

19I - Descabe “habeas data” se não houve prévia recusa da providência  
20 postulada em juízo.

21

22II - Descabe condenação em custas no mandado de segurança.

23

24III - Partidos políticos podem impetrar mandado de segurança coletivo em favor  
25 de pessoas estranhas a seus quadros.

26

27

28À luz da Constituição da República e da jurisprudência majoritária, quais são  
29**incorretas**?

30

31

32(A) Apenas I.

33(B) Apenas I e II.

34(C) Apenas II e III.

35(D) Apenas III.

36(E) I, II e III.

37

38

39

40**49** - A propósito de ato praticado por membro do Congresso Nacional, no curso  
41 de seu mandato, é **incorreto** dizer que

42

43

44(A) as imunidades, tanto materiais quanto formais, são irrenunciáveis pelo  
45 parlamentar.

46(B) a imunidade material impede a abertura de processo judicial contra o  
47 parlamentar mesmo após o encerramento do mandato.

48(C) a imunidade material abrange atos praticados fora das dependências do  
49 Congresso Nacional.

1(D) a imunidade formal não impede a prisão em flagrante do parlamentar por  
2 crime inafiançável.

3(E) a imunidade formal condiciona a abertura de processo judicial à concessão  
4 de licença pela Casa à qual pertence o parlamentar.

5

6

7

8**50** - Medida provisória remetida à apreciação do Congresso Nacional é  
9 aprovada com emendas. O Presidente da República põe veto total ao  
10 projeto de lei de conversão. O veto é mantido pelo Congresso Nacional.  
11 Nesse caso, a medida provisória

12

13

14(A) perderá eficácia desde sua edição.

15(B) perderá eficácia a partir de sua remessa ao Congresso Nacional.

16(C) perderá eficácia a partir da publicação do veto.

17(D) perderá eficácia a partir da manutenção do veto pelo Congresso Nacional.

18(E) não perderá eficácia, vez que o Presidente da República somente poderia  
19 apor veto parcial.

20

21

22

## 23**DIREITO CIVIL**

24

25

26

27**51** - Quanto à aquisição da propriedade imóvel, considerando o novo Código  
28 Civil e as seguintes assertivas:

28

29

30 I - É de 20 (vinte) anos o prazo para a aquisição da propriedade imóvel,  
31 independentemente de título e boa-fé, desde que o possuidor, sem  
32 interrupção e nem oposição, possua como seu o imóvel.

31

32

33II - O prazo para aquisição da propriedade imóvel, independentemente de  
34 título e boa-fé, desde que o possuidor, sem interrupção e nem oposição,  
35 possua como seu o imóvel, é reduzido a 15 (quinze) anos se o possuidor  
36 houver estabelecido no imóvel a sua moradia, ou nele houver realizado  
37 obras ou serviços de caráter produtivo.

34

35

36III - Adquire a propriedade do imóvel aquele que, contínua e  
37 incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por 10 (dez) anos,  
38 sendo esse prazo reduzido a 5 (cinco) anos se o imóvel houver sido  
39 adquirido onerosamente, com base em registro constante do cartório  
40 respectivo, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele  
41 tiverem estabelecido sua moradia, ou realizado investimentos de interesse  
42 social e econômico.

37

58

59

60

1

2IV - São suficientes 5 (cinco) anos ininterruptos para o possuidor que, não  
3 sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, adquira o domínio de área em  
4 zona rural não superior a cinquenta hectares, desde que a possua como  
5 sua e sem oposição, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua  
6 família, tendo nele sua moradia.

7

8

9V - Aquele que possuir, como sua, área urbana até duzentos e cinquenta  
10 metros quadrados, por 5 (cinco) anos ininterruptos, e sem oposição,  
11 utilizando-a para sua moradia e de sua família, adquirir-lhe-á o domínio,  
12 desde que não seja, durante o quinquênio, proprietário de mais de um  
13 imóvel urbano ou rural.

14

15

16

17Assinale a alternativa **correta**:

18

19

20(A) Somente as assertivas I, e II, estão corretas.

21(B) Somente as assertivas II, III, e IV estão corretas.

22(C) Somente as assertivas I, II, V estão corretas.

23(D) Somente as assertivas III e IV estão corretas.

24(E) Somente as assertivas III, IV e V estão corretas.

25 **52** - Considerando o novo Código Civil e as seguintes assertivas:

26

27I - A reserva mental oculta vontade do contratante diversa daquela que  
28 foi declarada na prática do negócio jurídico e, não sendo do conhecimento  
29 da outra parte, não afeta a manifestação, resultando eficaz o negócio nos  
30 termos da declaração.

31

32II - Na simulação é necessário acordo entre as partes (recíproca e consciente  
33 declaração que não corresponde à real intenção).

34

35III - Na simulação *ad personam* o negócio praticado é real, mas uma das  
36 partes do negócio é aparente (interposição fictícia de pessoa em negócio  
37 verdadeiro).

38

39IV - É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsiste o que se dissimulou,  
40 se for válido na substância e na forma.

41

42V - Se terceiro de boa-fé adquire direitos supervenientes à simulação,  
43 negociando com a parte que detém aparente titularidade da situação  
44 jurídica, os autores da simulação não podem opor-lhe o negócio  
45 dissimulado.

46

47Assinale a alternativa **correta**:

48(A) Somente as assertivas I, II, III e V estão corretas.

49(B) Somente as assertivas I, II, IV, V estão corretas.

50(C) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.

61

62

63

1(D) Somente as assertivas III, IV, V estão corretas.

2(E) Todas as assertivas estão corretas.

3

4

5**53** - Considerando o novo Código Civil e as seguintes assertivas:

6

7I - Incorre em nulidade o negócio jurídico quando apresente objeto  
8 indeterminável.

9

10II - Nulifica o negócio jurídico ofensa cometida contra lei imperativa, que tanto  
11 pode dar-se por ofensa frontal ou direta, convencendo-se o que a lei  
12 proíbe (“agere contra legem”), como a partir de negócio jurídico lícito e  
13 válido que, por via reflexa, atinge o resultado proibido (“agere in fraudem  
14 legis”).

15

16III - É nulo o contrato de compra e venda se a fixação do preço resta com o  
17 exclusivo arbítrio de uma das partes.

18

19IV - É nulo o negócio jurídico praticado direta e pessoalmente por quem, em  
20 razão de causa transitória, não possa exprimir a sua vontade.

21

22V - É nulo o negócio jurídico por vício resultante de dolo.

23

24Assinale a alternativa **correta**:

25(A) Somente as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

26(B) Somente as assertivas I, III e V estão corretas.

27(C) Somente as assertivas II, III e V estão corretas.

28(D) Somente as assertivas I, II, e IV estão corretas.

29(E) Todas as assertivas estão corretas.

30

31

32**54** - “A,” consumidor, com a finalidade não revelada de transportar substâncias  
33 entorpecentes que provocam dependência psíquica e física, celebra com  
34 “B”, fornecedor, contrato de compra e venda de material próprio para  
35 transporte de objetos, sem anunciar ao vendedor o seu propósito, que  
36 somente vem a ser descoberto por este após a consumação do contrato.

37

38

39Ante essas considerações e o novo Código Civil, assinale a alternativa **correta**:

40

41

42(A) Há nulidade do negócio em razão de motivo ilícito, sendo a invalidade  
43 decorrente do fato de o consumidor destinar o bem negociado à prática de  
44 um delito.

45(B) A compra e venda é considerada como negócio com objeto ilícito ante a  
46 presunção de participação do vendedor no projeto criminoso.

47(C) Não sendo comum (razão determinante assumida por ambas as partes) o  
48 propósito de destinar o objeto adquirido para fins ilícitos ao tempo da  
49 declaração de vontade, não resta afetada a validade do negócio.

1(D) O motivo passou à categoria de causa, provocando a nulidade porque  
2 ilícito.

3(E) O negócio jurídico está viciado por falso motivo, determinante para a  
4 prática do ilícito.

5

6

7

8**55** - Em relação ao estado de perigo, considerando o novo Código Civil e  
9 as seguintes assertivas:

10

11I - Está disposto na categoria de causa de anulabilidade do negócio  
12 jurídico.

13

14II - Em seu substrato não está a ficção de igualdade das partes, de modo  
15 que a regra tem relevância na tutela do contratante fraco.

16

17III - É indiferente que a parte beneficiada saiba que a obrigação foi  
18 assumida pela parte contrária para que esta se salve de grave dano.

19

20IV - Não pode o juiz considerar circunstâncias favoráveis para o efeito de  
21 estender a regra para pessoa não integrante da família do declarante.

22

23V - Confunde-se com o instituto da lesão, pois como ocorre nesta última,  
24 considera-se, além da premente necessidade econômica, a inexperiência  
25 de quem se obriga a contratar, circunstâncias determinantes das  
26 prestações avençadas de maneira manifestamente desproporcional.

27

28

29Assinale a alternativa **correta**:

30

31(A) Somente as assertivas I, II estão corretas.

32(B) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.

33(C) Somente as assertivas I, II, III, e IV estão corretas.

34(D) Somente as assertivas III e V estão corretas.

35(E) Somente as assertivas IV e V estão corretas.

36**56** - Quanto à prescrição, tendo em vista o novo Código Civil e as seguintes  
37 assertivas:

38

39I - A exceção (meio de defesa) prescreve no mesmo prazo que a pretensão  
40 (direito de ação).

41

42II - Podem as partes, por acordo, promover a alteração de prazos de  
43 prescrição.

44

45III - A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

46

47IV - Dá-se em dez anos a prescrição quando a lei não lhe haja fixado prazo  
48 menor.

49

1v - O juiz pode suprir de ofício a alegação de prescrição para favorecer a  
2 absolutamente incapaz.

3

4 Assinale a alternativa **correta**:

5 (A) Somente as assertivas I, II, III, IV estão corretas.

6 (B) Somente as assertivas I, II, IV, V estão corretas.

7 (C) Somente as assertivas I, III, IV e V estão corretas.

8 (D) Somente as assertivas II, III e V estão corretas.

9 (E) Todas as assertivas estão corretas.

10

11

12 **57** - Em relação à responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor:

13

14 I - A responsabilidade do fornecedor de serviços independe de culpa em  
15 relação à reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos  
16 na prestação de serviços, bem como por informações insuficientes ou  
17 inadequadas sobre sua fruição e riscos.

18

19 II - A responsabilidade por danos do prestador de serviços envolve somente as  
20 empresas ligadas à iniciativa privada.

21

22 III - O fornecedor se exime da culpa mediante prova de culpa exclusiva  
23 do consumidor ou de terceiro, ou de prova de que, tendo prestado o  
24 serviço, o defeito não existe, atuando, também, como excludentes de  
25 responsabilidade, as eximentes do caso fortuito e da força maior, estas  
26 últimas quando ocorrerem durante ou após a prestação da utilidade.

27

28 IV - Está assegurado o ressarcimento de danos a terceiros, estranhos à relação  
29 de consumo, mas que sofreram prejuízo em razão dos defeitos intrínsecos  
30 ou extrínsecos do produto ou serviço.

31

32 V - Presume-se defeituoso o serviço, não fornecendo segurança ao usuário,  
33 quando mal apresentado ao público consumidor, quando sua fruição é  
34 capaz de suscitar riscos acima do nível de razoável expectativa, assim  
35 como quando, em razão do decurso do tempo, desde a sua prestação, é de  
36 supor que não apresente sinais de envelhecimento.

37

38 Assinale a alternativa **correta**:

39 (A) Somente as assertivas I, II, III e V estão corretas.

40 (B) Somente as assertivas I, III, IV e V estão corretas.

41 (C) Somente as assertivas I, II, IV e V estão corretas.

42 (D) Somente as assertivas II e IV estão corretas.

43 (E) Todas as assertivas estão corretas.

44

45

46

47 **58** - No que diz com a sucessão legítima, a partir das disposições do novo  
48 Código Civil:

49

50

70

71

72

1I - O cônjuge sobrevivente tem reconhecido direito sucessório quando,  
2 estando separado de fato há mais de dois anos ao tempo da morte do  
3 outro, provar que a convivência se tornou impossível sem a sua culpa.

4

5II - O cônjuge está colocado em terceiro lugar na ordem da  
6 vocação hereditária, recolhendo a herança integralmente quando não  
7 houver descendentes ou ascendentes do falecido.

8

9III - O cônjuge sobrevivente somente concorre com os descendentes se for  
10 casado com o falecido no regime da comunhão parcial e o autor da  
11 herança houver deixado bens particulares.

12

13IV - Ao cônjuge sobrevivente, concorrendo com cinco filhos comuns, isto  
14 é, sendo ascendente dos herdeiros com que concorrer, caberá uma quarta  
15 parte da herança, sendo o restante dividido em partes iguais pelos filhos.

16

17V - O cônjuge sobrevivente, na falta de descendentes, concorrendo com dois  
18 ascendentes em primeiro grau, especificamente sogro e sogra (pais do  
19 falecido), receberá um terço da herança.

20

21

22 Assinale a alternativa **correta**:

23

24 (A) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.

25 (B) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.

26 (C) Somente as assertivas II, IV e V estão corretas.

27 (D) Somente as assertivas III e IV estão corretas.

28 (E) Todas as assertivas estão corretas.

29

30

31

32

33

34 **59** - Segundo o novo Código Civil, o prazo a disposição do cônjuge que sofreu  
35 coação para intentar ação de anulação de casamento, contado da data da  
36 celebração, é de:

37

38

39 (A) Cento e oitenta dias.

40 (B) Dois anos.

41 (C) Três anos.

42 (D) Quatro anos.

43 (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

44

45

46

47

48 **60** - Considerando o novo Código Civil:

49

1I - É anulável o casamento de quem não completou a idade mínima para  
2 casar.

3

4II - Não é anulável o casamento do menor em idade núbil, ainda que não  
5 autorizado por seus representantes legais, se estes tiverem, por qualquer  
6 modo, manifestado a sua aprovação.

7

8III - É nulo o casamento, por vício de vontade, se houver por parte de um dos  
9 nubentes, no momento do consentimento, erro essencial quanto à pessoa  
10 do outro.

11

12IV - É anulável o casamento contraído por pessoa que, no momento do  
13 consentimento, mostra-se incapaz de consentir ou de manifestar de modo  
14 inequívoco o consentimento.

15

16V - É nulo o casamento celebrado por aquele que, sem possuir a competência  
17 exigida na lei, exerça publicamente as funções de juiz de casamentos e,  
18 nessa condição, tenha registrado o ato no Registro Civil.

19

20 Assinale a alternativa **correta**:

21

22 (A) Somente as assertivas I, III e V estão corretas.

23 (B) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.

24 (C) Somente as assertivas I, IV e V estão corretas.

25 (D) Somente as assertivas II, III e V estão corretas.

26 (E) Todas as assertivas estão corretas.

27

28

29

30

## 31 DIREITO COMERCIAL

32

33

34 **61** - Quanto ao instituto da concordata:

35

36I - Não têm legitimidade ativa para o pedido de concordata as sociedades  
37 seguradoras.

37

38II - A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem atenuado o rigor da Lei  
39 de Falências possibilitando ao comerciante o acesso à concordata  
40 preventiva se tem título vencido há mais de trinta dias, não protestado,  
41 independentemente do pedido de autofalência.

39

40III - Não têm acesso ao favor da concordata as operadoras de planos privados  
41 de assistência à saúde.

41

42IV - Não podem impetrar concordata as instituições financeiras, as  
43 sociedades integrantes do sistema de distribuição de títulos ou valores  
44 mobiliários no mercado de capitais e as sociedades ou empresas  
45 corretoras de câmbio.

76

77

78

1

2V - Não estão excluídas do benefício da concordata as empresas aéreas  
3 ou de infra-estrutura aeronáutica.

4

5

6

7

8Assinale a alternativa **correta:**

9

10(A) Somente as assertivas I, III e V estão corretas.

11(B) Somente as assertivas II, III, IV e V estão corretas.

12(C) Somente as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

13(D) Somente as assertivas II, IV e V estão corretas.

14(E) Todas as assertivas estão corretas.

15

16

17

18

19

20**62** - São exemplos de atos ineficazes perante a massa falida:

21

22

23

24I - Dentro do termo legal da falência, o pagamento de dívida não vencida  
25 realizado pelo devedor, por qualquer meio extintivo do direito creditício,  
26 ainda que pelo desconto do próprio título, sempre que o contratante não  
27 tenha conhecimento do estado econômico do devedor ou seja intenção  
28 deste fraudar credores.

29

30II - Dentro do termo legal da falência, o pagamento de dívidas vencidas e  
31 exigíveis, por qualquer forma que não seja a prevista no contrato, sempre  
32 que o contratante não tenha conhecimento do estado econômico do  
33 devedor ou seja intenção deste fraudar credores.

34

35III - Dentro do termo legal da falência, a constituição de direito real de garantia  
36 em relação a obrigação assumida antes daquele período.

37

38IV - A transcrição de transferência da propriedade por ato "inter vivos" posterior  
39 à decretação do seqüestro ou à declaração da falência, salvo prenotação  
40 anterior.

41

42V - A alienação do estabelecimento comercial ou industrial sem a anuência  
43 (expressa ou tácita) ou o pagamento de todos os credores existentes, salvo  
44 se conservou o devedor em seu patrimônio bens suficientes para garantia  
45 do pagamento das obrigações.

46

47

48

49

50Assinale a alternativa **CORRETA:**

79

80

81

1

2

3(A) Somente as assertivas I, II, e III estão corretas.

4(B) Somente as assertivas I, II e V estão corretas.

5(C) Somente as assertivas III, IV estão corretas.

6(D) Somente as assertivas III, IV e V estão corretas.

7(E) Todas as assertivas estão corretas.

8

9

10

11 **63** - Com relação à classificação dos créditos na falência (antecedidos  
12 na ordem pelos créditos por acidentes do trabalho, créditos trabalhistas,  
13 dívida ativa de natureza tributária e não tributária, encargos da massa,  
14 dívidas da massa, créditos com garantia real) é **correto** afirmar que são  
15 exemplos de credores com privilégio especial em virtude da qualidade  
16 inerente aos seus créditos ou da causa de que derivam:

17

18

19 I - O credor por benfeitorias necessárias ou úteis sobre a coisa beneficiada.

20

21 II - O autor da obra, pelos direitos do contrato de edição, sobre os  
22 exemplares dela na massa do editor.

23

24 III - O locador do prédio onde se encontrava o estabelecimento comercial  
25 do falido sobre o mobiliário existente.

26

27 IV - Os credores titulares de direito de retenção sobre a coisa retida.

28

29 V - O credor por sementes, instrumentos e serviços à cultura ou à colheita  
30 sobre os frutos agrícolas.

31

32

33 Assinale a alternativa **CORRETA**:

34

35

36(A) Somente as assertivas I, II, e III estão corretas.

37(B) Somente as assertivas I, III, IV e V estão corretas.

38(C) Somente as assertivas II, III, IV e V estão corretas.

39(D) Somente as assertivas II, IV e V estão corretas.

40(E) Todas as assertivas estão corretas.

41

42

43

44

45

46 **DIREITO ADMINISTRATIVO**

47

48

49

50 **64** - Assinale a assertiva **correta**:

82

83

84

1

2(A) Todo ato jurídico praticado pela Administração é ato administrativo.

3(B) Nem todo ato administrativo é praticado pela Administração.

4(C) O ato discricionário realizado por agente incompetente não é inválido.

5(D) Atendendo o ato administrativo o interesse público é irrelevante o  
6 cumprimento dos fins que a lei lhe destinou.

7(E) O ato administrativo vinculado dispensa a motivação.

8

9

10

11

12

13**65** - Assinale a assertiva **incorreta**:

14

15

16(A) Em princípio, a retirada do ato administrativo, seja por revogação, seja por  
17 invalidação, não gera em favor do beneficiário qualquer direito  
18 indenizatório.

19(B) O ato administrativo revogado pode ser revogado.

20(C) Não cabe ao Legislativo, nem ao Judiciário, revogar o ato administrativo.

21(D) É o princípio da autotutela que possibilita à Administração invalidar seus  
22 próprios atos.

23(E) Os atos irregulares não são suscetíveis de invalidação.

24

25

26

27**66** - Assinale a assertiva **incorreta**:

28

29

30(A) A permissão, assim como a concessão, é um ato administrativo unilateral  
31 de que se vale a Administração para transferir o serviço público para a  
32 execução por terceiros.

33(B) De regra, a permissão não exige prévia autorização legislativa.

34(C) A permissão e a concessão dependem de prévia licitação.

35(D) A permissão depende de publicação integral de seu conteúdo, o que não  
36 ocorre com a concessão, pois mero resumo basta.

37(E) Não é possível a outorga de concessão ou permissão a pessoas físicas.

38

39

40

41**67** - Considerando as seguintes assertivas:

42

43

44I - A responsabilidade extracontratual do Estado decorre somente da prática  
45 de ato ilícito.

46II - A teoria da responsabilidade objetiva informa que a obrigação de  
47 indenizar do Estado surge do ato lesivo causado por culpa do serviço.

48III - A obrigação de indenizar do Estado, segundo a teoria da responsabilidade  
49 integral, dá-se independentemente de qualquer culpa, exceto se o dano  
50 decorrer por culpa da vítima.

85

86

87

1IV - A dor pela perda de um filho, sem reflexos patrimoniais, causada pela  
2 Administração Pública, não se constitui em dano indenizável  
3V - O dano se qualifica juridicamente como injusto, e como tal induz a  
4 responsabilidade objetiva do Estado, se encontra sua causa exclusiva na  
5 força maior ou em fatos necessários ou inevitáveis da natureza.

6

7

8(A) corretas são apenas as assertivas I e III.

9(B) corretas são apenas as assertivas II e III.

10(C) incorretas são apenas as assertivas II, IV e V.

11(D) nenhuma assertiva esta correta.

12(E) correta é apenas a assertiva I.

13

14

15

16

17**68** - Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, se a despesa total  
18 com pessoal exceder a 95% do limite estabelecido pelo artigo 169 da  
19 Constituição Federal, é vedado:

20

21

22(A) a concessão de qualquer vantagem ao servidor público.

23(B) a revisão anual de vencimentos e subsídios prevista na Constituição  
24 Federal (art. 37, inciso X).

25(C) a alteração na estrutura de carreira do funcionalismo, mesmo que  
26 não acarrete aumento de despesa.

27(D) o provimento de cargo público, exceto quando a vacância se der por  
28 aposentadoria ou falecimento nas áreas de educação saúde e segurança.

29(E) nenhuma das alternativas anteriores.

30

31

32

33**69** - Assinale a assertiva **correta**:

34

35

36(A) Só o agente público é passível de sanções da Lei de Improbidade  
37 Administrativa.

38(B) A indisponibilidade de bens de que trata a Lei de Improbidade  
39 Administrativa tem caráter punitivo.

40(C) Constitui ato de improbidade o uso de bem público por particular.

41(D) Todo enriquecimento ilícito do agente acarreta um prejuízo ao erário  
42 público.

43(E) Procedente a ação de improbidade, poderá o juiz, dentre as cominações,  
44 aplicar as penas que entender, isolada ou cumulativamente.

45

46

47

48

49**70** - O regime previdenciário do funcionalismo, nos termos da Constituição  
50 Federal:

88

89

90

1

2

3I - é destinado a qualquer servidor público.

4II - sempre confere proventos proporcionais quando a aposentadoria se dá por  
5 invalidez permanente.

6III - sempre confere proventos proporcionais quando a aposentadoria é  
7 compulsória.

8IV - sempre confere proventos proporcionais quando o pretendente tenha  
9 atingido sessenta e cinco anos de idade e houver contribuído para o  
10 sistema menos de trinta anos.

11V - não mais considera a circunstância de ser professor para permitir  
12 aposentadoria integral com tempo de contribuição aos demais  
13 beneficiários.

14

15

16(A) corretas são apenas as assertivas I e III.

17(B) corretas são apenas as assertivas II e IV.

18(C) corretas são apenas as assertivas III, IV.

19(D) corretas são apenas as assertivas II e V.

20(E) corretas são apenas as assertivas I e II.

21

22

23

24**71** - Assinale a assertiva **correta**:

25

26

27(A) O servidor estável não pode ser removido pela Administração por  
28 conveniência do serviço.

29(B) Entre os excepcionalmente estáveis (art. 19, ADCT, CF/88), não é  
30 possível incluir os detentores de cargo em comissão.

31(C) O professor público, havendo compatibilidade de horário, pode cumular  
32 outro cargo de médico.

33(D) Demissão do servidor é uma forma de exoneração motivada.

34(E) A lei poderá indicar pessoa que proverá determinado cargo público.

35

36

37

38

39

40**72** - Assinale a assertiva **correta**:

41

42

43(A) O compromisso de ajustamento que satisfaça plenamente a finalidade do  
44 inquérito civil obsta a propositura da ação civil.

45(B) O compromisso de ajustamento só tem eficácia depois de  
46 homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

47(C) O arquivamento do inquérito civil impede a propositura da ação civil pública  
48 por outro órgão legitimado.

49(D) O compromisso de ajustamento firmado no inquérito depende de  
50 homologação judicial para constituir-se em título executivo.

91

92

93

1(E) O Conselho Superior do Ministério Público, tendo conhecimento de  
2 inquérito civil instaurado sem justa causa, pode determinar o término das  
3 investigações.

4  
5  
6  
7  
8

9**73** - Assinale a assertiva **incorreta**:

10  
11

12(A) A aquisição da propriedade pela desapropriação é originária.

13(B) A desapropriação pode beneficiar uma pessoa jurídica de direito privado.

14(C) Na desapropriação, a retrocessão proporciona ao expropriado perdas e  
15 danos.

16(D) A União pode desapropriar bens dos Estados e dos Municípios.

17(E) Para a imissão provisória na posse do bem expropriado, basta o depósito  
18 do valor fixado.

19  
20  
21  
22  
23  
24

## 25**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL**

26  
27  
28

29**74** - Assinale a alternativa **incorreta**:

30

31 Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça, funcionando como Órgão  
32 Especial, julgar recurso, nos termos do regimento interno, contra decisão:

32

33(A) de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público, no prazo de  
34 trinta dias.

34(B) condenatória em processo administrativo-disciplinar.

35(C) de remoção voluntária de membro do Ministério Público.

36(D) de disponibilidade e remoção compulsória de membro do Ministério Público,  
37 por motivo de interesse público.

37(E) proferida em reclamação sobre o quadro de antigüidade.

38  
39  
40

41**75** - Assinale a alternativa **incorreta**:

42

43(A) Ao Conselho Superior do Ministério Público concorrem somente  
44 Procuradores de Justiça e o mandato é de dois anos.

44(B) Ao Conselho Superior do Ministério Público é permitida apenas uma  
45 reeleição para o mandato subsequente.

94  
95  
96

1(C)As decisões do Conselho Superior do Ministério Público serão  
2 fundamentadas e tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente,  
3 salvo nas votações secretas, também o voto de desempate.

2(D)É vedada a acumulação do exercício de função de confiança com a função  
3 de integrante do Conselho Superior do Ministério Público.

3(E)Na eleição ao Conselho Superior do Ministério Público, em caso de empate,  
4 será considerado eleito o Procurador de Justiça mais antigo na carreira.  
5 Persistindo o empate, será considerado eleito o que tiver exercido menor  
6 número de vezes o mandato de Conselheiro.

4

5

6

**776** - Assinale a alternativa **incorreta**:

8

9São atribuições da Corregedoria-Geral do Ministério Público:

10

11(A)realizar correições e inspeções.

12(B)realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça, remetendo relatório  
13 reservado ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores.

13(C)fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução.

14(D)encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça os processos administrativo-  
15 disciplinares que incumba a este decidir.

15(E)propor, ao Procurador-Geral de Justiça, o não-vitaliciamento de membro do  
16 Ministério Público.

16

17

18

**1977** - Assinale a alternativa **correta**:

20

21

22(A)O Procurador-Geral de Justiça dará posse ao Promotor de Justiça perante o  
23 Conselho Superior do Ministério Público, em sessão solene, até quinze dias  
24 após a publicação do ato de nomeação no Diário Oficial.

23(B)O Conselho Superior do Ministério Público poderá, a pedido do interessado  
24 e por motivo justificado, prorrogar o prazo de posse por até seis meses.

24(C)A apresentação do diploma de bacharel em direito, devidamente registrado,  
25 é uma das condições indispensáveis para a posse.

25(D)O Promotor de Justiça entrará no exercício do cargo inicial da carreira,  
26 ficando a disposição da Corregedoria-Geral do Ministério Público, em  
27 estágio probatório, pelo prazo de três (3)anos de efetivo exercício do cargo.

26(E)Aos doze (12) meses, o Conselho Superior do Ministério Público apurará a  
27 permanência no estágio probatório e, aos trinta (30) meses, a confirmação  
28 na carreira do Promotor de Justiça.

27

28

29

**3078** - Assinale a alternativa **incorreta**:

31

32

- 1(A) Os serviços do Ministério Público estão sujeitos a correições permanentes,  
2 ordinárias e extraordinárias.
- 2(B) As correições permanentes serão feitas pelo Corregedor-Geral ou pelo  
3 Subcorregedor-Geral do Ministério Público, ao examinarem os processos  
4 em que oficiarem.
- 3(C) Verificada falta na atuação do membro do Ministério Público, o Corregedor-  
4 Geral far-lhe-á, confidencialmente, por ofício, as recomendações que julgar  
5 convenientes.
- 4(D) Anualmente deverão ser realizadas correições ordinárias em, no mínimo,  
5 trinta (30) Promotorias de Justiça do interior e dez (10) da Capital.
- 5(E) As correições ordinárias serão realizadas pelo Corregedor-Geral ou por  
6 Promotor-Corregedor, para verificar a regularidade do serviço, a eficiência e  
7 a pontualidade dos membros do Ministério Público no exercício das  
8 funções.

6

7

8

**979** - Assinale a alternativa **incorreta**:

10

11

12 O membro do Ministério Público é passível de ser penalizado com advertência  
13 quando:

13

14 (A) for negligente no exercício da função.

15 (B) descumprir, de forma injustificada, designação oriunda dos Órgãos da  
16 Administração Superior do Ministério Público.

16 (C) desobedecer determinação ou instrução dos Órgãos da Administração  
17 Superior do Ministério Público.

17 (D) inobservar os deveres inerentes ao cargo.

18 (E) descumprir o dever legal, acumulando, ilegalmente, cargo, função ou  
19 emprego público.

19

20

**2180** - Assinale a alternativa **incorreta**:

22

23 (A) Considera-se reincidência, para efeitos da Lei nº 6.536, de 31 de janeiro de  
24 1973 - Estatuto do Ministério Público, a prática de nova infração, dentro de  
25 cinco (5) anos após cientificado o infrator do ato que lhe tenha imposto,  
26 definitivamente, sanção disciplinar.

24 (B) Na aplicação das sanções disciplinares, considerar-se-ão os antecedentes  
25 do infrator, a natureza, a quantidade e a gravidade das infrações, as  
26 circunstâncias em que foram praticadas e os danos que delas resultaram ao  
27 serviço ou à dignidade do Ministério Público ou da Justiça.

25 (C) Deverão constar dos assentamentos funcionais do membro do Ministério  
26 Público as penas que lhe forem impostas, vedada sua publicação, exceto a  
27 de demissão e de cassação de aposentadoria.

26 (D) Procurador-Geral de Justiça, em face da decisão do Órgão Especial do  
27 Colégio de Procuradores, nos termos da Lei nº 6.536, de 31 de janeiro de  
28 1973 - Estatuto do Ministério Público, proporá, perante o Tribunal de

1 Justiça, a ação cível destinada à decretação da cassação de aposentadoria  
2 ou de disponibilidade.  
3(E) A cassação de aposentadoria ou disponibilidade será aplicada nos casos de  
4 falta punível com censura, praticada quando no exercício do cargo ou de  
5 função.

4  
5  
6  
7

## 8 DIREITO PROCESSUAL PENAL

9

10

11

12 **81** - No curso da instrução o juiz mandou retirar o réu da sala de audiências. A  
13 motivação legal foi:

13

14

15 (A) A presença de estranhos.

16 (B) A aparência do réu.

17 (C) A possibilidade de o réu influir no ânimo da testemunha.

18 (D) A periculosidade do réu.

19 (E) A condição de traficante internacional do réu.

20

21

22 **82** - Se o Promotor de Justiça não propuser transação ou  
23 suspensão do processo, instituídos da Lei 9.099/95, qual a solução viável?

23

24

25 (A) Recorrer à Turma Recursal.

26 (B) O juiz, de ofício, aplicar a medida pertinente.

27 (C) Encaminhar o termo circunstanciado ao Promotor Substituto.

28 (D) Será aplicado por analogia o art. 28 do CPP.

29 (E) O autor do fato apresentará a proposta.

30

31

32

33 **83** - Pronunciado pela prática de homicídio qualificado foi o réu mantido  
34 na prisão em que se encontrava. Recorreu em sentido estrito e fugiu da  
35 prisão quando ainda pendente de julgamento seu recurso. Este,  
36 consideradas as circunstâncias, será:

34

35

36 (A) Suspenso até que o réu se apresente no Tribunal.

37 (B) Suspenso até que o réu seja capturado.

38 (C) Não será conhecido.

39 (D) Será conhecido e julgado.

40 (E) Será tido como deserto.

41

42

43

103

1 **84** - Paulo mata Jorge dentro de navio da marinha mercante brasileira  
2 ancorado no porto de Buenos Aires. A competência para processar e julgar  
3 o crime será:

4

5

6(A) Da justiça argentina.

7(B) Da Corte Internacional.

8(C) Da justiça federal brasileira.

9(D) Da justiça estadual do último porto em que esteve atracado o navio no  
10 território nacional.

11(E) Da justiça estadual do primeiro porto brasileiro em que atracar o navio  
12 após o crime.

13

14

15

16 **85** - Pedro, contraventor residente e domiciliado na Comarca de Antares,  
17 praticou, em continuação, dois crimes de furto simples na Comarca de  
18 Pedra Redonda, um furto qualificado na Comarca de Novo Horizonte e um  
19 de receptação na Comarca de Segredo do Sul. Devendo ser instruído um  
20 só processo, determinar-se-á a competência:

21

22

23(A) Pelo domicílio do réu.

24(B) Pelo lugar em que praticada mais de uma infração.

25(C) Pelo lugar em que praticado o delito mais grave.

26(D) Pela prevenção.

27(E) Pela distribuição.

28

29

30

31 **86** - Mário concordou com proposta de transação penal que estabeleceu  
32 pagamento de pena de multa. Homologado o pacto, passou a recusar-se  
33 ao cumprimento da obrigação. O que caberá ao Promotor de Justiça  
34 fazer?

35

36

37(A) Oferecer denúncia oral contra o autor do fato.

38(B) Pedir imediatamente a prisão do faltoso.

39(C) Pleitear a conversão da pena de multa em prisão.

40(D) Promover a execução da dívida.

41(E) Recorrer à Turma Recursal.

42

43

44

45 **87** - Prova do crime, indícios de autoria, conveniência da instrução criminal,  
46 garantia da ordem pública e aplicação da lei penal são pressupostos de:

47

48

49(A) Prisão temporária.

50(B) Prisão em flagrante.

106

107

108

- 1(C) Custódia domiciliar.  
2(D) Prisão preventiva.  
3(E) Medida de segurança.

4  
5  
6

**788** - O recurso em sentido estrito é cabível:

8

- 9(A) Das decisões definitivas de condenação proferidas por juiz singular.  
10(B) Das decisões do Tribunal do Júri manifestamente contrárias à prova dos  
11 autos.  
12(C) Das decisões do Tribunal do Júri quando a sentença contrariar lei  
13 expressa.  
14(D) Das decisões que reconhecerem a prescrição ou julgarem, por outro modo,  
15 extinta a punibilidade.  
16(E) Das decisões definitivas de absolvição proferidas por juiz singular.

17  
18  
19

**2089** - O réu foi absolvido sumariamente e o prolator da decisão  
21 recorreu de ofício. O Ministério Público e o defensor silenciaram. No  
22 Tribunal, o Procurador de Justiça deu parecer pugnando pelo  
23 reconhecimento de nulidade absoluta por falta de fundamentação da  
24 sentença. O que deverá fazer o Tribunal?

25  
26

- 27(A) Deverá anular o processo e devolver ao juiz para pronunciar o réu.  
28(B) Deverá manter a decisão porque inexistente recurso do Promotor de  
29 Justiça.  
30(C) Deverá manter a decisão para não efetivar "reformatio in pejus".  
31(D) Deverá acolher o parecer do Procurador de Justiça e declarar a nulidade  
32 do processo.  
33(E) Deverá remeter os autos para exame do primeiro substituto do prolator da  
34 decisão.

35  
36  
37

**3890** - Não existe no Processo Penal pátrio:

39  
40

- 41(A) O princípio da ampla defesa.  
42(B) O princípio da territorialidade.  
43(C) O princípio da identidade física do juiz.  
44(D) O princípio da imediata aplicação da lei.  
45(E) O emprego da analogia.

46  
47

48 DIREITO PROCESSUAL CIVIL

49  
50

109

110

111

191 - Sobre a antecipação de tutela, no procedimento ordinário, assinale a alternativa **incorreta**:

3

4(A) A tutela antecipada poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.

6(B) Pode ser concedida a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição.

7(C) Pode ser concedida de ofício.

8(D) A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo.

9(E) Pode ser concedida quando fique caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu, desde que exista prova inequívoca da verossimilhança da alegação.

12

13

14

1592 - Sobre o recurso de embargos de declaração, no procedimento ordinário, é **incorreto** afirmar:

17

18(A) Sua interposição suspende o prazo para interposição de outros recursos.

19(B) Podem ser interpostos contra decisões interlocutórias.

20(C) Não estão sujeitos a preparo.

21(D) Sua interposição interrompe o prazo para interposição de outros recursos.

22(E) Excepcionalmente, possuem efeito modificativo.

23

24

2593 - Sobre a reconvenção, no procedimento ordinário, assinale a alternativa **correta**:

26

27

28(A) A desistência da ação originária, ou a existência de qualquer causa que a extinga, obsta ao prosseguimento da reconvenção.

30(B) A intimação do autor reconvinde para contestar a reconvenção pode ocorrer na pessoa de seu procurador, mediante publicação de nota de expediente, sendo desnecessária a citação pessoal.

33(C) Não há possibilidade jurídica da reconvenção de reconvenção.

34(D) O julgamento do mérito da reconvenção pode ocorrer a qualquer tempo, independentemente da apreciação do mérito da demanda originária.

37(E) Da decisão que indefere liminarmente a reconvenção, cabe apelação.

38

39

4094 - Quanto à ação de mandado de segurança, assinale a afirmação **incorreta**:

41

42(A) Excepcionalmente, pode ser dirigida contra ato judicial.

43(B) O impetrante poderá valer-se de todos os meios de prova em direito admitidos para comprovar suas alegações.

45(C) A autoridade coatora deverá ser intimada, para, no prazo de 10 dias, prestar as informações que achar necessárias.

47(D) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança, apenas em seu favor.

1(E) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120  
2 (cento e vinte) dias contados da ciência, pelo interessado, do ato  
3 impugnado.

4

5

6

7**95** - Sobre a ação inibitória típica, que integra o processo de conhecimento, é  
8 **incorreto** afirmar que:

9

10(A) É espécie de tutela eminentemente preventiva.

11(B) Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio  
12 de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela  
13 liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu.

14(C) É indispensável o requerimento da parte interessada, para que o juiz  
15 determine medidas necessárias, a fim de efetivar a tutela específica ou a  
16 obtenção de resultado prático equivalente.

17(D) A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em  
18 decisão fundamentada.

19(E) É lícito ao juiz impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do  
20 autor, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito, podendo  
21 inclusive alterá-la caso observe que a mesma tornou-se insuficiente ou  
22 excessiva.

23

24

25

26

27**96** - Assinale a alternativa **incorreta** a respeito da denunciação à lide:

28

29(A) A citação do denunciado será requerida, juntamente com a do réu, se o  
30 denunciante for o autor; e, no prazo para contestar, se o denunciante for o  
31 réu.

32(B) A denunciação da lide é obrigatória ao alienante, na ação em que terceiro  
33 reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta  
34 possa exercer o direito que da evicção lhe resulta.

35(C) Mesmo se o denunciado confessar os fatos alegados pelo autor originário,  
36 poderá o denunciante prosseguir na defesa.

37(D) Se o denunciado aceitar e contestar o pedido, o processo prosseguirá  
38 entre o autor, de um lado, e de outro, como litisconsortes, o denunciante e  
39 o denunciado.

40(E) A decisão que indefere o requerimento de denunciação à lide é irrecorrível,  
41 devendo o denunciante ingressar com ação autônoma para salvaguardar  
42 seus direitos materiais ou deduzir mandado de segurança como sucedâneo  
43 recursal.

44

45

46

47

48**97** - Assinale a alternativa **incorreta**:

49

1(A) A coisa julgada pode ser conhecida de ofício em qualquer grau ordinário de  
2 jurisdição.

3(B) A violação à coisa julgada abre ensanchas, em tese, à ação rescisória.

4(C) A coisa julgada formal pragmaticamente equivale a preclusão recursal.

5(D) Na dicção do Código de Processo Civil, não há coisa julgada material  
6 quando as questões decididas forem de natureza processual.

7(E) A sentença terminativa induz sempre à formação da coisa julgada material.

8

9

10

11

12

13**98** - Nos termos do Código de Processo Civil, em qual das seguintes hipóteses  
14 o processo pode ser extinto com julgamento de mérito:

15

16(A) Quando o juiz indeferir a petição inicial.

17(B) Quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das  
18 partes.

19(C) Quando o juiz acolher a alegação de litispendência.

20(D) Quando o réu reconhecer a procedência do pedido.

21(E) Quando ocorrer confusão entre autor e réu.

22

23

24

25

26**99** - Sobre a ação monitória, assinale a alternativa **incorreta**:

27

28(A) A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita  
29 sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega  
30 de coisa fungível ou de determinado bem móvel.

31(B) Mesmo que o réu cumpra voluntariamente o mandado, deverá arcar com o  
32 pagamento de custas e honorários advocatícios.

33(C) O réu poderá oferecer embargos, que suspenderão a eficácia do mandado  
34 inicial. Se os embargos não forem opostos, constituir-se-á, de pleno direito,  
35 o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado  
36 executivo.

37(D) Os embargos independem de prévia segurança do juízo e serão  
38 processados nos próprios autos, pelo procedimento ordinário.

39(E) Estando a petição inicial devidamente instruída, o Juiz deferirá de plano a  
40 expedição do mandado de pagamento ou de entrega da coisa no prazo de  
41 quinze dias.

42

43

44

45

46**100** - Quanto aos recursos de natureza extraordinária, assinale a alternativa  
47 **incorreta**:

48

- 1(A) O Ministério Público, nas ações civis públicas, não está sujeito à  
 2 incidência dos enunciados 282 e 356 das súmulas do Supremo Tribunal  
 3 Federal, em face da natureza do direito posto em causa.  
 4(B) O Ministério Público, quando atua como “custus legis”, tem legitimidade  
 5 para deduzir Recurso Especial e Recurso Extraordinário.  
 6(C) O Ministério Público atua no juízo delegado de admissibilidade.  
 7(D) A divergência jurisprudencial entre Câmaras de idêntico Tribunal de Justiça  
 8 não autoriza o manejo de Recurso Especial.  
 9(E) Não se admite Recurso Extraordinário para mero reexame de prova.

10  
 11  
 12  
 13  
 14  
 15  
 16

|    |         |    |         |    |         |     |         |
|----|---------|----|---------|----|---------|-----|---------|
| 1  | E       | 26 | A       | 51 | D       | 76  | E       |
| 2  | C       | 27 | D       | 52 | E       | 77  | C       |
| 3  | C       | 28 | A       | 53 | A       | 78  | B       |
| 4  | D       | 29 | E       | 54 | C       | 79  | E       |
| 5  | E       | 30 | E       | 55 | A       | 80  | E       |
| 6  | B       | 31 | A       | 56 | C       | 81  | C       |
| 7  | C       | 32 | B       | 57 | B       | 82  | D       |
| 8  | D       | 33 | C       | 58 | E       | 83  | D       |
| 9  | D       | 34 | B       | 59 | D       | 84  | C       |
| 10 | D       | 35 | Anulada | 60 | B       | 85  | Anulada |
| 11 | B       | 36 | D       | 61 | C       | 86  | Anulada |
| 12 | B       | 37 | C       | 62 | D       | 87  | D       |
| 13 | Anulada | 38 | D       | 63 | E       | 88  | D       |
| 14 | A       | 39 | E       | 64 | B       | 89  | D       |
| 15 | A       | 40 | B       | 65 | B       | 90  | C       |
| 16 | C       | 41 | A       | 66 | Anulada | 91  | C       |
| 17 | D       | 42 | B       | 67 | D       | 92  | A       |
| 18 | B       | 43 | B       | 68 | D       | 93  | B       |
| 19 | C       | 44 | D       | 69 | E       | 94  | B       |
| 20 | C       | 45 | E       | 70 | C       | 95  | C       |
| 21 | B       | 46 | D       | 71 | B       | 96  | E       |
| 22 | E       | 47 | E       | 72 | A       | 97  | E       |
| 23 | E       | 48 | C       | 73 | E       | 98  | D       |
| 24 | A       | 49 | E       | 74 | C       | 99  | B       |
| 25 | A       | 50 | A       | 75 | B       | 100 | A       |

17  
 18  
 19  
 20

.....

121  
 122  
 123